

Desenvolvimento nacional, estrutura e superestrutura na obra de Caio Prado Júnior

National development, structure and
superstructure in the work of Caio Prado Junior

MARCO ANTONIO M. DA ROCHA | tonhorocha@uol.com.br

Doutorando em Economia pelo IE/Unicamp e membro colaborador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) – UFRJ, Brasil.

Resumo O trabalho pretende reconstituir através das obras do autor seu entendimento sobre o desenvolvimento da base material da sociedade brasileira. A partir da análise da obra de Caio Prado Jr. em seu conjunto, pode-se apontar o sentido que a superação da base econômica da sociedade brasileira adquiriria na obra do autor, e demonstrar a originalidade de sua interpretação em relação ao Pensamento Social Brasileiro. Após a apresentação da visão de Prado Junior sobre o tema, serão discutidas algumas limitações da sua perspectiva teórica. Por fim, pretende-se apresentar algumas interpretações sobre as possibilidades de políticas autênticas de “desenvolvimento” no sentido discutido pelo autor. **Palavras-chave** Desenvolvimento Econômico, Pensamento Social Brasileiro, Marxismo.

Abstract The present work aims to re-construct the main argument of Caio Prado Jr. about the development of the material basis of Brazilian society. Through his works, Caio Prado explains the logical of evolution of the economic basis of Brazil, and tries to point the possible ways for its overcoming. In the first section we introduce the Caio Prado Jr. arguments, in the second section some controversial issues about his interpretation are presented, in the concluding remarks we explorer some possibilities about a real development politics in the sense that Prado Junior presents. **Keywords** Economic Development, Brazilian Social Thought, Marxism.

* O autor agradece ao apoio institucional e financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Introdução

Recuperando o já famoso *insight* de Antonio Candido, o surgimento dos *demiurgos* do Brasil contemporâneo significou, sobretudo, um processo de levante contra o Pensamento Nacionalista Autoritário que começara a tomar vulto a partir de Alberto Torres¹. Esse “ato demiúrgico” tratou-se, entre outras coisas, da incorporação pioneira de métodos analíticos ao entendimento da realidade brasileira que se contrapunham à interpretação e conclusões do Pensamento Autoritário. Seja no caso da antropologia cultural de Franz Boas, da sociologia compreensiva de Max Weber ou do materialismo-histórico, esse foi um feito inegável de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. No caso de Caio Prado, particularmente, este processo permitiu uma implicação além: construir simultaneamente uma perspectiva de totalidade e de superação – logo, de processo. Este trabalho pretende demonstrar como a articulação entre estas perspectivas desemboca na especificidade que o conceito de “Desenvolvimento Nacional”, sobretudo no que diz respeito ao econômico, assume na obra de Caio Prado.

Na primeira seção será apresentada, através da reconstrução do conceito na obra do autor, a dimensão histórica que Caio Prado pretende fornecer ao conceito tal qual ele é tratado na teoria econômica. Na segunda seção serão expostas algumas hipóteses implícitas na obra do autor, apresentadas algumas posições contrárias encontradas e discutidas suas implicações. Nas considerações finais será retomada a discussão das seções anteriores realizando alguns desdobramentos possíveis das hipóteses discutidas.

O sentido do desenvolvimento brasileiro em Caio Prado Jr.

Em seu livro de 1968, *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento econômico*, Caio Prado Junior se propõe a uma tarefa ainda original para a teoria econômica da época, emprestar ao conceito de desenvolvimento econômico tal qual ele é tratado na teoria econômica e no debate político uma dimensão histórica e específica. O livro, em grande

1 Refiro-me sobretudo ao livro de 1914, *A Organização Nacional*.

parte, representa uma síntese conclusiva do sentido da obra de Caio Prado, integrando a evolução histórica da estrutura econômica brasileira, apresentada ao longo da obra do autor, com seus desdobramentos em relação a uma política autêntica de desenvolvimento nacional. Sobretudo, no sentido de superação da dinâmica de reprodução das estruturas sociais tipicamente coloniais que bloqueiam a formação da economia nacional integrada, como denomina o autor.

Para ser mais claro, Caio Prado entende que basicamente as economias podem ser classificadas em economias coloniais, economias em transição e economias nacionais, isto é que lograram constituir uma Nação (Prado Jr., 1960). Para o autor, o Brasil havia dado um passo importante no sentido da transição para uma verdadeira economia nacional, que foi dado com a independência política em relação a Portugal e a internalização dos centros decisórios sobre a política nacional (Prado Jr., 1933). O país se encontrava portanto em uma posição de transição, que poderia resultar tanto na formação da Nação quanto em uma reversão colonial.

Ao reconstituir a evolução das estruturas sociais que permaneceram desde a realidade colonial brasileira, Caio Prado procura apontar o sentido de sua superação, recuperando portanto a especificidade de cada caso nacional para a formulação de políticas de desenvolvimento. Para ser preciso no sentido que o conceito assume na obra do autor é fundamental começarmos lá do começo. Pois é justamente o resgate da especificidade da formação histórica brasileira que permite a Caio Prado não só se opor aos Autoritários como também à teoria da revolução defendida pela esquerda oficial – seja adotando as formulações vindas de Moscou ou reproduzindo as formulações provenientes da América Espanhola. Por isso é interessante notar o que existe de singular no processo de colonização do território nacional em relação a grande parte da América Latina, notado por Caio Prado.

Em primeiro lugar, o autor aponta a diferença entre a população nativa que ocupava nosso território e a que ocupava parte da América Espanhola. A população que ocupava o atual território nacional, na maioria dos casos, desconhecia a produção dos gêneros que alimentava a cobiça européia e possuía uma estrutura social incompatível com a organização necessária para a sua produção. A existência de uma população estabelecida e mais adensada foi imprescindível para que o monopólio da posse da terra por si só permitisse a acumulação primitiva, como nas regiões do Altiplano Sul-americano e grande parte do México². Em segundo

2 Como apontam Ciro F. Cardoso e Héctor Brignoli (1979), a *Encomienda* somente prosperou quando se estabeleceu em locais onde a densidade populacional permitiu aos conquistadores espanhóis requerer seus direitos aos conquistados em

lugar, o insucesso da implantação da colonização por Capitânicas Hereditárias, que está diretamente relacionado com o ponto anterior, e que na prática significou a impossibilidade da adoção de uma instituição similar à *Encomienda*, típica em grande parte da América Espanhola, resultando em condições diferentes de implantação da ocupação capitalista no caso da América Portuguesa.

Tanto no caso espanhol como no português, a integração do Novo Mundo ao Velho Mundo ocorreu como parte do processo de expansão do capital mercantil europeu. Grosso modo, este processo segue a seguinte lógica: o estabelecimento do intercâmbio entre o capital mercantil e determinada comunidade pré-capitalista implica em uma relação na qual a forma mercadoria é imposta de fora para dentro em uma estrutura social. O aprofundamento das relações mercantis em curso na Europa impôs a estas comunidades a exigência de uma produção sempre ampliada da mercadoria que se estabeleceu como ponte entre o capital europeu e a comunidade nativa. O choque entre o modo de produção capitalista e estas estruturas sociais implicou na reorganização do processo de reprodução material destas comunidades, com a importância sempre crescente do tempo de trabalho social destinado a produção da forma mercadoria, forma alheia à formação social nativa, em detrimento dos gêneros de produção para subsistência da comunidade, ao mesmo tempo em que se expandem os gêneros de consumo existentes para determinada comunidade a partir do contato com bens europeus. Este processo tende a entrar em conflito com as formas tradicionais de organização social do trabalho existentes na comunidade, o que por sua vez, implica em formas específicas de resistência. De um modo geral, este foi o caso da *Encomienda*.

Em especial no caso das zonas mineiras e nas zonas incluídas nas áreas de influência dos impérios pré-colombianos, os conquistadores espanhóis se defrontaram com populações estabelecidas geograficamente e que já dominavam a agricultura, pastoreio, tecelagem e algumas vezes inclusive a mineração e a fundição. A via de inserção destas comunidades na economia mundial se deu através da imposição do intercâmbio de algum gênero cobiçado na Europa por mercadorias européias. O que se estabelecia de fato era uma relação mercantil entre comunidade e metrópole, na qual se criava um vínculo através da introdução da forma mercadoria, como forma de mediação da relação entre comunidade local e indivíduos da metrópole. Esta relação, por sua vez, dependia da expansão de uma forma de intercâmbio,

termos de prestação de serviços e entrega de bens (a *encomienda* propriamente dita). Este tipo de exploração permitiu a um pequeno grupo de conquistadores reorganizar a reprodução material das comunidades conquistadas direcionando cada vez mais trabalho para a entrega da *encomienda*, que geralmente se constituía em algum bem já anteriormente produzido pela comunidade para outros fins.

constituída como forma específica de sociabilidade alheia àquela sociedade, e que era resultado da imposição da demanda crescente destes gêneros na Europa. Portanto, dependia da reestruturação da organização social do trabalho, que por sua vez resultava em conflito com as formas tradicionais de organização social. Logo, este tipo de colonização já em seu primeiro momento coloca a confrontação entre etnia local e classe dominante alienígena, classe inserida como ponte entre a produção de determinado gênero no Novo Mundo e a metrópole européia, e o confronto contra esta classe como parte da luta contra o próprio colonialismo³.

O nomadismo e a forma rudimentar de agricultura praticada por boa parte da população que ocupava a costa brasileira impossibilitavam a superposição de uma classe sobre esta estrutura social. Além disso, a ocupação rarefeita e a extensão do território também impossibilitavam que a mera apropriação de uma vasta área de terra fornecesse base suficiente para acumulação primitiva de capital, como em algumas áreas da América Espanhola. “A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo” (Prado Jr., 1933). Como argumenta Caio Prado, a falência do sistema de Capitâneas Hereditárias significou o afastamento de qualquer semelhança quanto ao caso feudal e também à *Encomienda* da América Espanhola.

No caso brasileiro, a constituição da economia mercantil dependeu sobretudo de capitais já previamente acumulados, que possibilitassem a inversão na pesada estrutura produtiva do Engenho de Açúcar e a compra da escravaria. Observa-se, portanto, que a forma como mais tarde Jacob Gorender (1978) entendeu a implantação do capitalismo na América Portuguesa se assemelha com a descrita por Caio Prado Junior. Isto é, que entre as relações de propriedade decisivas para o estabelecimento do sistema mercantil no Brasil, a propriedade da terra não era a relação decisiva e sim a propriedade de escravos (Monteiro, 1989), ou seja, a constituição

3 Para ilustrar melhor esse ponto vale lembrar a seguinte passagem de Karl Marx (1873, p.112):

A troca de mercadorias começa nas fronteiras da comunidade primitiva, nos seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Mas, virando os produtos mercadorias na vida externa da comunidade, por contágio, também se tornam mercadorias dentro dela. De início, sua relação quantitativa de troca é inteiramente casual. São permutáveis por mútua vontade de seus possuidores de aliená-los reciprocamente. Nesse interim, arraiga-se, progressivamente, a necessidade de objetos úteis vindo de fora. A repetição constante da troca tornando-a um processo social regular. Por isso, com o tempo, passa-se a fazer para a troca, intencionalmente, pelo menos uma parte dos produtos do trabalho. A partir desse momento, consolida-se a dissociação entre a utilidade das coisas destinadas à satisfação direta das necessidades e a das coisas destinadas à troca. Seu valor-de-uso divorcia-se do seu valor-de-troca.

da força-de-trabalho enquanto mercadoria. Visto deste ponto, a distinção entre o trabalho assalariado ou escravo é apenas uma questão de custo fixo ou variável.

A peculiaridade do Engenho como forma predominante de ocupação inicial está no fato de que este se constitui e se vincula ao resto do mundo desde sua constituição através da forma mercadoria, ao mesmo tempo em que seu proprietário impõe uma forma específica de sociabilidade da “porta para dentro”. Este ponto é fundamental para Caio Prado na diferenciação da questão agrária no Brasil daquela do restante na América Espanhola – como já sublinhado, principalmente na parte Andina. Isto é, a inexistência de um “campesinato” constituído anteriormente a grande propriedade que se interpusesse entre a propriedade do solo e seu uso mercantil. Sem entrar na discussão sobre a tese da inexistência do campesinato brasileiro na obra de Caio Prado, o que se procura ressaltar é a argumentação implícita na obra do autor sobre a impossibilidade da articulação das comunidades tradicionais de organização coletivistas como formas específicas de resistência ao colonialismo na América Latina, como sugerido por Mariátegui (1929) e atualmente em curso, por exemplo, na Bolívia.

Mesmo o campesinato formado no Brasil não existia previamente em relação à ocupação colonial, foi formado nas bordas da grande propriedade e profundamente dependente desta, impossibilitando que o estabelecimento da grande propriedade agrícola entrasse diretamente em choque com os ocupantes do solo (Prado Jr., 1979). O que não significa necessariamente que Caio Prado Jr. tenha negado a existência de um campesinato no Brasil, o que o autor negou foi apenas a semelhança de sua via de formação com o caso europeu e de parte da América Espanhola. Neste sentido, Caio Prado apontou a especificidade da formação do campesinato em um regime de *Plantation*.

Em suma, é o Engenho que domina a sociabilidade no Brasil colônia. O Engenho é o centro de articulação das atividades econômicas no período inicial da colônia; é ele quem articula uma série de outras propriedades produtoras de cana que não dispunham do capital necessário para a montagem de um Engenho de Açúcar, que consome alguns gêneros produzidos alhures na Colônia e produz para consumo interno mais uma quantidade considerável de gêneros para subsistência e utilização na produção do açúcar. “A grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura, em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade” (Prado Jr., 1945, p.38).

Esta é a base para a estruturação das relações sociais no Brasil e sua evolução na obra de Caio Prado. A expansão do Capitalismo em terras brasileiras não

se articula com nenhuma forma pré-capitalista (ou não-capitalista, para ser mais geral), e, mesmo que as aparências enganem, a recriação de formas arcaicas no território brasileiro já faz parte da fisionomia que o capitalismo adquire ao se instalar em solo nacional. As relações sociais que se articulam do lado de fora do Engenho não constituem propriamente formas de sociabilidade, prevalecendo na maior parte das vezes a “anomia”⁴ e as reciprocidades momentâneas, com os vínculos estáveis da vida social sendo todos eles articulados a partir da lealdade ao Senhor de Engenho. Mesmo que a sociabilidade não seja comandada diretamente pelo mercado, o sentido da formação social já é, desde sua constituição, mercantil⁵.

Vimos estes dois aspectos da sociedade colonial: de um lado o escravo ligado ao seu senhor, e integrados ambos nesta célula orgânica que é o ‘clã’ patriarcal de que aquele laço forma a textura principal; doutro, o setor imenso e inorgânico de populações desenraizadas, flutuando sem base em torno da sociedade colonial organizada; chegando apenas, em parcelas pequenas a se agregar a ela, e adquirindo assim os únicos visos de organização que apresentam.

(...)

Não preciso acentuar mais uma vez o papel que a escravidão tem naquele primeiro setor, o orgânico da sociedade colonial. Mas devemos acrescentar aqui o caráter primário das relações sociais que dela resultam, e daquilo que com ela se constituiu. Primário no sentido em que não se destacam do terreno puramente material em que se formam; ausência quase completa de superestrutura, dir-se-ia para empregar uma expressão que já se vulgarizou. (Prado Jr., 1942, p.354)

Disto resulta uma interação bastante peculiar entre estrutura e superestrutura entendida por Caio Prado como característica do caso brasileiro. Como a base econômica mercantil agiu diretamente na construção da superestrutura, sem grandes mediações, esta foi desde a sua formação condicionada ao atendimento

4 Caio Prado utiliza o conceito no mesmo sentido exposto por Émile Durkheim (1895).

5 “Mas o que caracteriza essencialmente o capitalismo como sistema econômico e social, são relações de produção e trabalho em que os fatores ou bens de produção, ou que concorrem na produção de mercadorias (instrumentos de produção e máquinas, matéria-prima a ser elaborada etc., e particularmente força de trabalho empregada na produção), são mercadorias que se compram e vendem, e privadamente apropriadas: a força de trabalho pelo trabalhador; as demais, pelo capitalista e empresário da produção. O capitalismo é assim, não importando essencialmente a tecnologia empregada na produção. E nesse sentido, as relações de produção predominantes na economia brasileira, inclusive na agropecuária, são de natureza capitalista.” (Prado Jr., 1966, p.99).

das atividades mercantis que davam sentido à ocupação daquele solo. Disto resulta, segundo o autor, que as características que o aparato institucional assume alteram-se sem maiores inércias para atender às novas determinações que se apresentam a cada ciclo mercantil.

Tratava-se em suma, no caso do Brasil, de uma economia e sociedade já estruturadas e inteiramente condicionadas para a realização de objetivos mercantis idênticos àqueles que a nova ordem capitalista iria delas exigir. Daí a sua predisposição para se integrarem naquela ordem sem atritos e sem necessidade de rompimentos ou remanejamento de instituições econômicas e sociais mais ou menos injustáveis à nova ordem, como ocorreu naqueles citados países da Ásia e África. Naqueles continentes, velhas culturas e instituições originais formadas e consolidadas inteiramente à parte e independentemente do capitalismo e da civilização e cultura onde o capitalismo se originou, apresentaram por isso mesmo sérios obstáculos e grande resistência à penetração do novo sistema. (Prado Jr., 1968, p.93)

Segundo Caio Prado, somente com o declínio do ciclo açucareiro e o início do ciclo da mineração, e a ocupação subsequente do Centro-Sul, que ocorrerá a integração das atividades diferenciadas dentro da Colônia. O ciclo do ouro, ao articular as atividades econômicas marginais, fornece à Colônia seu primeiro esboço de sistema econômico. Articulando os rebanhos de gado do São Francisco e do Sul com as regiões das Minas e o porto do Rio de Janeiro (Prado Jr., 1945).

Essa articulação interna da economia colonial estrutura a base na qual o sistema econômico brasileiro se desenvolverá, e a qual nunca irá superar, ou seja, as formas de articulação se transformarão sem nunca superar seu caráter colonial. Caráter este, resultado da estrutura dual que constitui a economia brasileira. Dualidade, que na obra do autor, diferentemente da utilização usual do conceito no debate econômico, se define como a articulação interna da economia colonial em transição, ou seja, a existência de um setor que se forma para o fornecimento de gêneros ao centro capitalista e um segundo setor estruturado a partir das necessidades do setor exportador, isto é voltado para dentro (Sampaio Jr., 1999).

Em síntese, a presente fase do processo histórico brasileiro se caracteriza, vimo-lo no correr do presente trabalho, pelas contradições que resultam

fundamentalmente de uma dualidade de setores ou sistemas econômicos imbricados um no outro: um, o tradicional, centrado na produção de gêneros primários destinados à exportação; o outro, emergente desse e constituído em seu seio, mas que se volta para o mercado interno, e tem por base essencial a indústria. Trata-se de um dualismo, porque essencialmente ambos os setores se caracterizam a parte um do outro e não se recobrem. Isto é, cada um deles tem sua orientação comercial própria e exclusiva – um para o mercado externo, outro para o interno –, e somente se confundem e sobrepõem secundária e subsidiariamente; e até mesmo, muitas vezes, apenas excepcionalmente. (Prado Jr., 1968, p.131)

Logo, também a industrialização brasileira tem na obra de Caio Prado uma interpretação divergente de boa parte da historiografia brasileira quanto à questão. A indústria se forma a partir das contradições da expansão da economia colonial, que fica sempre sujeita ao fluxo de capitais externos para acompanhar o ritmo de modernização das forças produtivas no centro capitalista. Surge ela, portanto, como resultado da pressão sobre o equilíbrio das contas externas que o próprio caráter colonial da economia engendra, principalmente na medida em que a remuneração dos capitais invertidos aqui requer para seu saldo que se recorra à atração de novos capitais, desta pressão resulta a política de “substituição de importações”. A industrialização, portanto, como se coloca no Brasil, voltada apenas para a produção de bens para uma pequena parcela da população é fruto da própria situação de dependência do capitalismo brasileiro. O Desenvolvimentismo Nacional se insere na interpretação do autor como política cujo resultado prático era a resolução dos empecilhos que se colocavam pelo declínio do ciclo do café – ou seja, a substituição de importações. Logo, historicamente determinado e restrito a problemas pontuais.

Como se vê, seus fundamentos são precários, e as conseqüências disso se verificarão logo que se esgotarem os limites da possível substituição de importações, e o progresso ulterior exigirá, além de bases mais sólidas, perspectivas mais amplas. Tratar-se-á de uma indústria desordenadamente implantada, sem outro critério que as excepcionais e tão artificiais facilidades oferecidas, e o estímulo imediatista de um lucro fácil e rápido. Uma indústria que não terá passado pelo crivo da seleção pela concorrência, nem mesmo potencial, ou de um planejamento integrado e de conjunto. (Prado Jr., 1968, p.116)

O desenvolvimento da base material, portanto, na obra de Caio Prado Jr. não está ligado propriamente ao desenvolvimento das forças produtivas, como geralmente entendem as correntes desenvolvimentistas. Desenvolvimento Nacional é, sobretudo, o fim do dualismo, no sentido empregado por Caio, ou seja, adequação de toda estrutura econômica às finalidades de atendimento às necessidades básicas do conjunto da população brasileira, logo, a integração entre produção e consumo, ou nos termos de Caio Prado, a superação da Economia Colonial e a formação da Economia Nacional (Prado Jr., 1960), como unidade econômica integrada. Deste modo, Caio Prado escapa da discussão sobre o dualismo relacionado à interação entre modos de produção e/ou relações de produção de naturezas diversas, assim como ao debate sobre incorporação e geração de tecnologia e progresso técnico na periferia do sistema capitalista. O “Desenvolvimento” se refere à política de superação da base econômica de estruturação da sociedade brasileira, independente da natureza do seu(s) modo(s) de produção⁶.

Importante ressaltar que isto implica em uma concepção particular sobre o que determina o caráter da economia brasileira. Para o autor o caráter específico da reprodução material de cada economia fica exposto através do sentido em que se integra estrutura e superestrutura na formação de uma realidade social. As manifestações próprias do Estado brasileiro, sua forma excludente de atender às necessidades das diferentes classes, a hierarquização das diversas políticas públicas, etc., por exemplo, são características que a superestrutura assume e nas quais o sentido da base econômica colonial aparece mais claramente, isto é, a natureza expropriativa da economia brasileira.

É essa linha evolutiva que caracteriza a história brasileira desde princípios do século passado. Ela oferece um particular interesse para o assunto que centralmente nos ocupa, e que vem a ser a teoria do desenvolvimento. Isso porque esta última fase de nossa história – fase que ainda vivemos, no que provavelmente representa seus últimos momentos – constitui efetivamente a versão ou paralelo brasileiro do ‘desenvolvimento’ considerado pela teoria econômica. Embora não seja esse o critério dos economistas ortodoxos, para quem são sobretudo alguns dos elementos e das derivações do capitalismo industrial (acumulação capi-

6 Possivelmente, deve-se a essa indistinção entre reorganização da base econômica e alteração do modo de produção a crítica de Ruy Mauro Marini (1967) ao caráter reformista das propostas de Caio Prado Jr..

talista, inversões, tecnologia...), bem como a aceleração recente do seu progresso, e não o sistema em conjunto e o próprio de seu dinamismo, que para aqueles economistas assinalam o desenvolvimento moderno, o fato é que esse 'desenvolvimento', considerado na teoria, é aquele que se configura já na eclosão do capitalismo industrial no final do século XVIII.(Prado Jr., 1968, p.78)

A Revolução Brasileira constitui o verdadeiro sentido do Desenvolvimento Nacional na obra do autor, entendida como a transição da Colônia para Nação. "A saber, de colônia com as características instituições econômicas e sociais cujos contornos essenciais esboçamos acima, para uma coletividade nacionalmente integrada, isto é, voltada para si mesma" (Prado Jr., 1966, p.86). Basicamente, estes são os traços gerais de como Caio Prado se insere no debate sobre desenvolvimento nacional e sua crítica ao desenvolvimentismo. Em suma, Caio Prado vai além de entender como desenvolvimento a industrialização ou a superação do arcaísmo de certos setores econômicos, neste sentido o autor entende como Desenvolvimento Nacional a superação do sentido em que se constrói e evolui as estruturas sociais no Brasil, começando pela base material. Na seção seguinte serão analisados alguns pontos em que se apóia a perspectiva de Caio Prado sobre a evolução histórica das estruturas sociais brasileiras, também serão contrapostas algumas posições contrárias dentro do próprio debate marxista sobre certas posições de Caio Prado Júnior.

Desenvolvimento, estrutura e superestrutura

Possivelmente, uma das principais críticas que a obra de Caio Prado Jr. fica sujeita é a falta de maiores esclarecimento sobre a dinâmica estrutura-superestrutura da evolução histórica brasileira. Caio Prado foi sem dúvida um dos maiores pensadores sobre a dinâmica da estrutura econômica brasileira, mas em alguns pontos negligenciou a relevância da superestrutura como um elemento importante na análise social. Isto não significa que o autor caiu em um determinismo economicista muito menos que em suas pesquisas tenha deixado de lado o estudo da superestrutura, sobretudo a política e a jurídica, como alguns de seus textos comprovam.

Negligenciar por vezes a superestrutura como elemento relevante na análise parte de uma própria conclusão teórica do autor, como apontado na primeira seção. Caio Prado atribui ao caráter peculiar da colonização portuguesa no Brasil, que tem na forma mercadoria a principal forma articuladora das relações sociais na colônia, inclusive na formação do campesinato, a falta de enraizamento da superestrutura no Brasil. Disto resulta certa maleabilidade da superestrutura para a adaptação às novas exigências do sistema capitalista internacional a cada ciclo de *commodities*. O fato da superestrutura colonial no Brasil ter se formado para as exigências mercantis implica que com o declínio de cada ciclo mercantil a superestrutura formada perde seu sentido de existência. Como afirmado pelo autor, esta característica confere uma predisposição para se integrar aos ciclos mercantis “sem atritos e sem necessidade de rompimentos ou remanejamento de instituições econômicas e sociais mais ou menos inajustáveis à nova ordem” (Prado Jr., 1968), como ocorreu em países da Ásia, África e parte da América Pré-Colombiana, em que as estruturas sociais constituídas pelas populações que já ocupavam estes territórios se chocaram com a implantação da base econômica capitalista.

Este ponto também foi observado por Florestan Fernandes em seu prefácio de 1988 ao livro *História e Desenvolvimento*. Fernandes (1988) chama atenção para a centralidade que o capital mercantil assume na obra de Caio Prado, isto é, para a forma como, sem grandes resistências, o Brasil se insere nos diversos ciclos mercantis ditados pelas economias centrais. Em grande parte, esta facilidade na manutenção dos nexos coloniais é atribuída, ao longo da obra de Caio Prado, ao sentido geneticamente mercantil do desenvolvimento da superestrutura no caso brasileiro.

Pretende-se aqui explorar três importantes desdobramentos contidos nessa visão: o sentido meramente defensivo da industrialização brasileira em relação ao declínio do ciclo do café, a passividade da superestrutura política às necessidades engendradas por cada novo ciclo mercantil e a dependência do tipo de campesinato surgido no Brasil em relação ao latifúndio.

Começaremos pela questão da industrialização brasileira. Ao longo da obra de Caio Prado são comuns as afirmações sobre a natureza da industrialização brasileira, principalmente sobre seu caráter subordinado em relação ao capital mercantil. São dois pontos comumente apontados na literatura sobre o assunto e que vale a pena serem discutidos. Primeiramente, como apontado por Florestan Fernandes (1988), passou despercebido por Prado Junior a metamorfose de parte do capital mercantil para o industrial e suas implicações. O segundo ponto é a necessidade da alteração da relação entre excedente exportado e excedente absor-

vido internamente, imprescindível para o sucesso inicial do processo de industrialização (Furtado, 1966; Ianni, 1988).

Pelo menos em seu momento inicial a industrialização necessita que parte do excedente utilizado na aquisição de bens e serviços no exterior seja absorvida internamente pela indústria nascente. Disto depende uma ação política voltada a criar mecanismos para expandir a circulação interna do excedente – tais como as barreiras à importação –, e induzir a transformação do capital mercantil em industrial. Nas palavras de Octavio Ianni:

A conversão da economia agrário-exportadora nacional em economia industrial é um processo que se funda na conversão do capital agrário em capital industrial, através de mediações já examinadas. Todavia, como aquela está voltada para fora, para onde é canalizada fração ponderável do excedente, e como a industrialização é um processo de acumulação interna de capital, coloca-se de imediato o problema da apropriação e destino do excedente. Se não houver a retenção de uma maior taxa de mais-valia no mercado interno, o capital não pode constituir-se. Todavia, para que haja essa retenção, nem sempre as medidas puramente defensivas são suficientes. (Ianni, 1988, p.77).

Independente do choque externo provocado pela Crise de 29 ter facilitado a movimentação pró-industrialização no Brasil, não se deve negligenciar os efeitos da industrialização sobre a base econômica brasileira e portanto sobre a composição das classes sociais no Brasil. A desconsideração sobre a diferenciação do capital mercantil e daí a diferenciação no interior da burguesia, com a formação de novas frações de classe, resulta em outro aspecto problemático na obra do autor.⁷ Ao considerar a superestrutura política como formada por um bloco homogêneo controlado hegemonicamente pelo capital mercantil, Caio Prado ignora a articulação das diversas frações de classe em torno do aparelho de Estado, levando-o portanto a considerar o aparelho de Estado como facilmente adaptável às exigências do capital mercantil. A formação no interior da classe dominante de frações de classe ligadas ao capital industrial resultou na intensificação do conflito pelo controle do aparelho estatal. Esta intensificação da disputa, por sua vez, implicou no aumento da complexidade do aparelho de Estado com a criação de uma série de agências burocráticas, muitas delas com a função de fortalecer o próprio capital

7 Este ponto também foi criticado por Ruy Mauro Marini (1967).

industrial. O fortalecimento do aparelho de Estado ligado ao suporte da acumulação industrial também resultou que, ao contrário do que supunha Caio Prado, a industrialização brasileira não demonstrou a fragilidade suposta.

Na sua análise sobre a formação do campesinato no Brasil, Caio Prado também incorre em problema semelhante, ou seja, julgar que pequenas transformações na base econômica não impliquem em mudanças importantes na estrutura de classes em relação ao horizonte de luta política. Como o mesmo autor aponta (Prado Jr., 1979), a fragmentação da grande propriedade, principalmente no Sul e Sudeste, com o declínio do ciclo do café, permitiu o surgimento de um novo tipo de pequeno agricultor; no entanto, Caio Prado Júnior subestima o possível impacto que as idas e vindas dos diferentes ciclos coloniais podem ter na estrutura de classe, mais uma vez.

Como argumenta Maestri (2005), a retomada da expansão do agronegócio a partir do final da década de 1970, com a retomada do cultivo de algumas *commodities* agrícolas em áreas abandonadas pelo ciclo do café, como foi o caso da cana-de-açúcar e do eucalipto no Sudeste, resultou em formas diferentes de conflito no campo. Tanto no que diz respeito a posse da terra quanto ao sufocamento econômico do pequeno agricultor em relação a estrutura oligopsônica que se formava a frente da cadeia produtiva.

Em suma, são nos desdobramentos internos da dinâmica da acumulação de capital e seus efeitos mais sutis sobre a estrutura de classes e, portanto, sobre a superestrutura política que Caio Prado deixa de contemplar as possibilidades abertas pelo desenvolvimento, ainda que sem grandes rupturas, da base estrutural. Nas considerações finais buscar-se-á realizar um balanço sobre as virtudes e problemas da obra de Caio Prado Junior apresentados neste trabalho e suas perspectivas sobre o desenvolvimento nacional.

Considerações finais

Como dito, Caio Prado Júnior foi um dos maiores pensadores sobre a formação e evolução da base econômica brasileira. De forma original, apontou o caráter geneticamente mercantil da constituição da sociedade brasileira. Demonstrou também com originalidade a lógica de evolução das estruturas econômicas mercantis, sua incapacidade de auto-determinação e sua fragilidade conjuntural. No entanto, sua análise demonstrou-se insuficiente para perceber as sutilezas que a própria dinâmica capitalista abre no horizonte das lutas de classes

(Sampaio Jr., 1999). Sua grande contribuição foi sempre no sentido de apontar a instabilidade da conjuntura mercantil e seus condicionantes, raramente contemplando os fatores que permitem ao sistema adquirir certa estabilidade imprescindível para o cálculo capitalista.

Pode-se dizer que, apesar de inegáveis contribuições para a historiografia brasileira e da originalidade na aplicação do método marxista na análise da realidade social brasileira, a sobredeterminação que a estrutura econômica mercantil exerce nos diagnósticos de Caio Prado prejudica o sentido prático de sua obra. Principalmente no que diz respeito às próprias possibilidades da Revolução Brasileira, isto é, aos seus sujeitos e às possíveis alianças entre frações de classe (Marini, 1967).

Por fim, creio que seja válido, como considerações finais, tentar algumas extrapolações sobre os desdobramentos que a forma como o autor trata o legítimo desenvolvimento econômico permite fazer. Em primeiro lugar, uma verdadeira política de desenvolvimento nacional não está inserida necessariamente em uma política “inversionista”, para utilizar a própria expressão de Caio Prado; pelo contrário, a reestruturação da base econômica necessariamente significa a reorganização das atividades econômicas e as suas conseqüências: queda do ritmo de acumulação, escassez de divisas, inflação e escassez de certos gêneros; e não a melhoria dos agregados econômicos, como pretende a teoria econômica tradicional. Em segundo lugar, pode-se derivar que pela radicalidade do processo em questão, a radicalidade da reação conservadora também sempre será na mesma intensidade. Por isso, qualquer tentativa autêntica de “Desenvolvimento” esbarra nos imperativos que norteiam a atuação do Estado burguês, me explico, naquilo que se pressupõe que seja a esfera de atuação do Estado burguês, o fato de que se espera que este atue mantendo o ritmo de acumulação e zelando pela manutenção das funções primordiais do sistema econômico, como o sistema de preços e o padrão monetário, por exemplo.

Referências bibliográficas

- CARDOSO, C. F. & BRIGNOLI, H. *Historia económica de América Latina*. Barcelona, Crítica. (tomos I e II), 1979.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 1999 [1895].
- FERNANDES, F. Os enigmas do ciclo vicioso. In: PRADO JR., C. (1968). *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1999 [1988].

- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (col. Os Economistas) [1966].
- GORENDER, J. *O Escravidão Colonial*. São Paulo, Ática, 1978.
- IANNI, O. *Estado e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- MAESTRI, M. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2005. (volume 2)
- MARIÁTEGUI, J. C. “Problema das raças na América Latina”. In: LÖWY, M. (org.). *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005 [1929].
- MARINI, R. M. “Crítica à A Revolução Brasileira de Caio Prado Júnior – 1967”. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2005 [1967].
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. (Livro I) [1873].
- MONTEIRO, J. “A dimensão histórica do latifúndio”. In: D’INCAO, M. A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Unesp, 1989.
- PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo, Brasiliense, 2007 [1933].
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, PubliFolha, 2000. (col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro) [1942].
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1969 [1945].
- _____. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo, Brasiliense, 1960.
- _____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 2004 [1966].
- _____. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1999 [1968].
- _____. *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- SAMPAIO JR., P. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- TORRES, A. *A Organização Nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1978 [1914].

Cronologia do processo editorial

Recebimento do artigo: 31-ago-2009 | Envio ao 1º avaliador: 10-set-2009 | Envio ao 2º avaliador: 14-set-2009 | Recebimento da 1ª avaliação: 17-set-2009 | Recebimento da 2ª avaliação: 29-set-2009 | Envio para revisão do autor: 02-out-2009 | Recebimento do artigo revisado: 15-out-2009 | Aceite: 17-out-2009.